

**ATA N.º 2/2015 - REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA
REALIZADA EM 23 DE JANEIRO DE 2015.** -----

Aos vinte e três dias do mês de janeiro de dois mil e quinze reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, no Auditório do Edifício dos Paços do Município, sob a Presidência de Mário Fernando Atracado Pereira (CDU-PCP/PEV) e onde compareceram os senhores Vereadores: Carlos Jorge Duarte Pereira (CDU-PCP/PEV), João Pedro Costa Arraiolos (CDU-PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar (PS) e António da Conceição Moreira (Todos Por Alpiarça – PPD/PSD-MPT). -----

Estiveram ainda presentes no apoio à reunião: Ana Cristina Lima Ferreira, Assistente Administrativo e José Manuel Vaz Portugal de Sousa, Técnico Superior (Eng.º Civil). ----

Verificando-se quórum, o sr. Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a reunião, eram quinze horas e vinte minutos, após o que deu início à apreciação dos seguintes assuntos: -----

MOVIMENTO DE FUNDOS -----

Foi apresentado o resumo diário de Tesouraria de 22 de janeiro de 2015, que apresentava um total de disponibilidades de € 284.165,93. -----

Os pontos que constituem a **Ordem do Dia** da presente reunião são os seguintes: -----

Ponto 1 – Declaração de Voto nas Deliberações dos Órgãos Autárquicos. Informação dos Serviços Jurídicos da ANMP. -----

Ponto 2 – Programa de atividade física para seniores e idosos. -----

Ponto 3 – Proposta de Aprovação de Minuta do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana (ARU) 1. -----

Ponto 4 – Atribuição de Bolsas de Estudo para alunos do Ensino Superior – ano letivo 2014/2015. -----

Ponto 5 – Proposta N.º 2/2015/VJPA. Pedido de pagamento de dívida de rendas em atraso de uma casa sita no Bloco D (Habitação Social), em Alpiarça, denominado por 46 fogos, em 24 prestações mensais. -----

Ponto 6 – Proposta N.º 1/2015/VJPA. Proposta de atribuição de subsídio à ginasta Ana Gomes, Campeã do Mundo em Trampolim Sincronizado. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O sr. Presidente da Câmara abriu este período informando os presentes da presença na reunião de câmara da Arquiteta Inês Empis e Dr.ª Joana Eusébio que irão fazer uma apresentação do ponto 3 da ordem de trabalhos. Seguiu dando a palavra aos senhores vereadores para intervirem. O sr. Vereador António Moreira iniciou a sua intervenção abordando uma questão que tinha colocado na reunião anterior sobre uma rua mal iluminada junto ao mercado municipal. De seguida mostrou o seu desagrado e tristeza sobre uma má interpretação de uma intervenção sua na reunião anterior sobre a falta de limpeza das ruas de Alpiarça e má orientação do trabalho de limpeza e acusou de falta de honestidade política quem foi comunicar aos trabalhadores da autarquia que o Vereador António Moreira a primeira coisa que fez na reunião de câmara foi dizer mal dos trabalhadores da câmara de Alpiarça. Solicitou ainda informações sobre uma habitação da Câmara Municipal no Bairro 25 de Abril que foi desocupada há dois ou três anos, já foi recuperada e até hoje não está habitada. O sr. Vereador António Moreira referiu que foi abordado por um morador de um dos prédios da praça José Pinhão e questionou se era verdade que o tribunal de Leiria tinha notificado o município de Alpiarça e qual o teor dessa notificação, bem como, o que a maioria no executivo da câmara pretende fazer para repor a legalidade na construção dos elevadores. Referiu ainda que existe uma disparidade no cálculo da taxa de resíduos sólidos urbanos entre o concelho de Alpiarça e da Chamusca, onde em Alpiarça a taxa é calculada multiplicando um valor ou taxa por trinta dias e na Chamusca é por escalão e solicita esclarecimento sobre este assunto.-----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar começou por dar os parabéns aos técnicos que estão a desenvolver o novo site da autarquia, em especial o técnico Ricardo Vaz. Referiu que estranhamente continuam sem atas das reuniões de câmara para aprovar depois de ter lido na comunicação social que a câmara tinha designado mais dois técnicos para recuperar as atas em atraso. Referiu ainda que continua sem receber qualquer interpretação do gabinete jurídico do município de Alpiarça sobre a diferença entre 48 horas e 2 dias úteis na entrega da documentação para a reunião de câmara.

De seguida o sr. Ver. Pedro Gaspar dirigiu-se ao sr. Vereador António Moreira aconselhando-o a não apontar falhas nos serviços da câmara porque de seguida será acusado pela maioria CDU de estar a atacar os trabalhadores da autarquia. -----

----- O sr. Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas pelos senhores Vereadores. -----

----- Relativamente à questão da limpeza das ruas o sr. Presidente considerou que a situação de Alpiarça é melhor que muitas autarquias da região, reconhecendo que existem algumas dificuldades devido à falta de funcionários e que se não tivesse sido adquirida a varredoura estaríamos numa situação bem pior. Referiu ainda que nem ele nem os vereadores Carlos Pereira e João Arraiolos transmitiram aos trabalhadores da autarquia as afirmações que o sr. Vereador António Moreira disse que lhe provocaram desagrado e que quando se levantam este tipo de questões devem ser direccionadas aos autores para evitar interpretações sobre quem se pretende atingir. Sobre a iluminação pública, o sr. Presidente, informou que todas as anomalias são comunicadas à EDP que é quem tem a responsabilidade da reparação destas situações e que apenas são articuladas com a EDP as situações relacionadas com a alternância da iluminação entre os postes na via pública. Em relação à casa do Bairro 25 de Abril o sr. Presidente informou que a casa necessitou de alguns acabamentos, que algumas pessoas já se mostraram interessadas na casa e que está prevista a abertura de concurso para atribuição da casa ao abrigo do regulamento para atribuição das habitações sociais do município, que não existia e foi aprovado já com a atual maioria na câmara. Referiu ainda que a resolução desta situação não irá resolver o problema de habitação social no concelho e que está a trabalhar numa possibilidade de criar uma maior oferta de habitação social que, caso se concretize, será tratado com o executivo municipal. Sobre os elevadores dos prédios da praça José Pinhão o sr. Presidente referiu que o problema remonta ao tempo do executivo PS, onde a CDU alertou nos órgãos autárquicos para o facto da implantação dos elevadores estar em domínio público e após a desvalorização do assunto por parte da câmara naquela altura, reportou o facto às autoridades competentes que deram o encaminhamento que entenderam. Em 2007 o Ministério

Público avançou com uma ação administrativa para declarar a nulidade dos despachos do Presidente da Câmara da altura a autorizar a implantação dos elevadores, a Câmara de Alpiarça contestou essa ação e em Outubro de 2008 há uma sentença do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria (TAF) a declarar nulos os despachos anteriormente referidos; em Novembro de 2008 a Câmara de Alpiarça interpôs recurso e apenas em Janeiro de 2013, mais de quatro anos depois, o TAF de Leiria se pronuncia sobre a não admissão do recurso; em Abril de 2013 o processo transitou em julgado, abrindo a possibilidade de legalização das irregularidades detetadas; a Câmara de Alpiarça oficiou o tribunal informando que iria desenvolver os procedimentos para regularizar a situação; em 12 de Janeiro de 2015 a câmara recebe uma notificação do TAF de Leiria a dar um prazo de 120 dias para executar a sentença ou demonstrar junto do tribunal que está a desenvolver os procedimentos necessários à legalização da situação; o sr. Presidente informou que a Câmara Municipal de Alpiarça irá fazer junto do tribunal a demonstração solicitada dentro do prazo estabelecido, situação que poderia ser evitada se fossem tidas em conta as chamadas de atenção oportunamente efetuadas pela CDU. -----

----- Relativamente à questão da taxa de resíduos sólidos urbanos o sr. Presidente começou por dizer que considera desonesto do ponto de vista intelectual comparar alguns itens com o município A e outros com o município B, apenas naquilo que interessa, sem analisar cada situação como um todo. Referiu ainda que o caminho definido sobre esta matéria pelos sucessivos governos aponta para uma uniformização de tarifas e conseqüente aumento, como forma da receita suportar todos os custos deste serviço. A Câmara de Alpiarça não mexe nesta tarifa desde 2009 e tem uma taxa de cobertura na receita de cerca de 60% da despesa. Considerou que não é razoável colocar esta questão num quadro de sobre-endividamento da autarquia quando todos os aumentos ocorreram em mandatos com maioria PS e que o sr. Vereador António Moreira foi presidente da Junta de Freguesia de Alpiarça durante 2 mandatos, até 2005 e nunca se manifestou contra os constantes aumentos desta taxa. -----

----- Relativamente à questão do novo site do município o sr. Presidente referiu que

este trabalho é desenvolvido em conjunto com a CIMLT, tal como nos outros municípios que fazem parte da comunidade, e que conta com a colaboração mais direta do funcionário Ricardo Vaz na atualização do site. Quanto ao atraso das atas que foi colocado pelo sr. Vereador Gaspar, o sr. Presidente referiu que é uma questão recorrente e tem toda a razão de ser, e assumiu toda a responsabilidade no atraso das atas. O sr. Presidente reafirmou que continua a enviar a documentação para a reunião de câmara com a antecedência exigida por lei, ao contrário do que acontecia noutros mandatos do PS em que muitas vezes a documentação era entregue no próprio dia da reunião. Em relação ao relacionamento com os trabalhadores o sr. Presidente referiu que, se fosse por vontade do PS ou PSD, estariam a fazer 40 horas conforme também demonstraram com as posições que tomaram na última assembleia municipal. O sr. Presidente referiu ainda que não concorda com a forma como o sr. Vereador Pedro Gaspar abordou este tema e que não aceita este tipo de considerações. -----

----- O sr. Vereador António Moreira esclareceu que não pôs em questão a resposta dada pelo sr. Presidente sobre a limpeza das ruas e que quanto à iluminação pública, apenas se referiu a uma pequena rua junto ao mercado municipal e também deu os para bens à câmara municipal e junta de freguesia pela recuperação que tem sido feita em algumas casas de pessoas carenciadas. Referiu ainda que tem muito orgulho do tempo em que foi presidente da Junta de Freguesia de Alpiarça. O sr. Presidente interpolou o sr. Vereador António Moreira dizendo que apenas se referiu ao facto do Vereador ter sido presidente de Junta porque esteve presente nas assembleias municipais que aprovaram as taxas e metodologia que hoje é utilizada no cálculo da taxa de resíduos sólidos urbanos. O sr. Vereador António Moreira disse que esperava mais da maioria CDU uma vez que em 1999 era contra a aplicação da taxa do lixo e hoje tem uma posição contrária. Para terminar o sr. Vereador António Moreira congratulou a autarquia pela limpeza das instalações do IVV e deixou um desafio para que a autarquia derrubasse as árvores que estão em risco de cair nas instalações atrás referidas. Disse também que já alertou para esta situação várias vezes desde 2013. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar interveio para dizer que fez uma referência

elogiosa ao funcionário Ricardo Vaz mas que esse elogio é extensível ao executivo camarário da mesma forma que quando aponta alguma falha nos serviços não está a apontar nenhum funcionário em particular mas sim o executivo camarário. Quanto ao tempo de entrega da documentação para reunião de câmara, o sr. Vereador Pedro Gaspar reforça que entregou ao sr. Presidente um acórdão do Tribunal Central Administrativo do Porto que esperava que fosse entregue aos serviços jurídicos da câmara para análise. O sr. Presidente referiu que a interpretação por parte da autarquia foi sempre a mesma. De seguida o sr. Vereador Pedro Gaspar abordou a questão do relacionamento com a blogosfera onde refere que não se vê o Vereador do PS a enviar para lá informação mas vê a Câmara Municipal a enviar e por vezes a informação oficial chega primeiro à blogosfera do que aos vereadores. -----

----- O sr. Presidente referiu que têm sido feitas algumas reparações em habitações de pessoas carenciadas de acordo com as possibilidades da autarquia, que não chegam para todas as solicitações mas sempre se consegue minimizar as necessidades da população mais carenciada. Voltou a referir que falou dos mandatos de presidente da junta de freguesia do sr. Vereador António Moreira apenas para referenciar que o Vereador esteve presente nas decisões da assembleia municipal que definiram a metodologia e as taxas dos resíduos sólidos urbanos que atualmente estão em vigor. ---

----- O sr. Vereador Carlos Pereira respondeu ao sr. Vereador António Moreira sobre o corte das árvores nas instalações do IVV dizendo que já foi solicitada autorização ao proprietário das instalações e que essa autorização ainda não chegou, uma vez que, só assim poderá entrar em propriedade alheia, bem como, também já foi solicitada a resolução do problema de um depósito que está a desabar para a valinha que atravessa as referidas instalações. -----

----- O sr. Presidente da Câmara deu por encerrado este período e sugeriu que se antecipasse o ponto 3 da ordem de trabalhos, uma vez que estavam presentes as técnicas para fazer a apresentação do ponto para não esperarem mais tempo. A antecipação do ponto foi aceite por todos os membros do executivo camarário. -----

ORDEM DO DIA: -----

Ponto 3 – Proposta de Aprovação de Minuta do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana (ARU) 1. -----

----- O sr. Presidente da Câmara informou que este processo vem na sequência da delimitação das 3 Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e que esta proposta, se for aprovada, terá de ser submetida posteriormente a discussão pública, novamente à Câmara Municipal e depois submetida à Assembleia Municipal. A arquiteta Inês Empis e a Dr.ª Joana Eusébio fizeram a apresentação da proposta do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Área de Reabilitação Urbana (ARU) 1. -----

----- Após a apresentação o sr. Presidente colocou à discussão o ponto 1. O sr. Vereador António Moreira referiu que deveria ter havido uma reunião prévia entre os vereadores e as técnicas que fizeram a apresentação deste programa, no entanto ficou melhor esclarecido do que estava antes desta apresentação. O sr. Vereador Pedro Gaspar agradeceu a forma nítida e explícita como decorreu a apresentação da proposta de programa estratégico e solicitou ao sr. Presidente esclarecimento sobre o tipo de documento que estavam a aprovar. Solicitou ainda esclarecimento sobre quais os critérios para a divisão das ARU, sobre qual a forma de controlo dos mecanismos de isenção fiscal e também sobre como é que a câmara municipal pensa divulgar estes incentivos. -----

----- Respondendo às questões colocadas o sr. Presidente da Câmara informou que estamos a aprovar a 1ª fase Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU 1 que terá de ser submetido a discussão pública, a parecer do IHRU e novamente à câmara municipal. Informou ainda que este processo vem na sequência de outros programas anteriormente existentes e que tiveram diversos desenvolvimentos. No concelho de Alpiarça foram criadas 3 ARU que foram sendo definidas ao longo de todo o processo ainda durante o mandato anterior. Quanto à divulgação o sr. Presidente referiu que irá ser feita uma reunião pública para discussão desta proposta e que a câmara irá ter um papel de proximidade com os proprietários destas áreas de forma a divulgar todas as potencialidades deste programa. A arquiteta Inês Empis referiu que durante as visitas aos proprietários houve uma divulgação dos benefícios fiscais e dos procedimentos

necessários para obter esses mesmos benefícios. Sobre os mecanismos de controlo da isenção fiscal, a sr.ª arquiteta Inês Empis, referiu que todo o processo terá de passar pela câmara municipal desde o seu início. O sr. Vereador Pedro Gaspar questionou a sr.ª arquiteta Inês Empis sobre se existe alguma ficha de controlo das características dos edifícios. A sr.ª arquiteta informou que existe uma ficha de controlo do edificado uniformizada a nível nacional de acordo com a regulamentação em vigor. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar questionou se irá ser feita a reabilitação do Mercado Municipal e no caso de resposta afirmativa com que fundos; questionou também se existe algum funcionário com habilitações e disponível para receber e informar os interessados em usar este programa estratégico. -----

----- O sr. Presidente da câmara informou que este programa estratégico prevê um conjunto de intervenções que ainda não têm data definida para se iniciar e que no caso desta ARU engloba um conjunto edifícios públicos além do Mercado Municipal. Referiu ainda que se um privado não tiver financiamento para intervir, provavelmente não fará a intervenção, da mesma forma também o Município se não tiver financiamento não conseguirá concretizar as intervenções previstas. Quanto ao atendimento o sr. Presidente informou que todo o Gabinete Técnico da Câmara Municipal de Alpiarça está em condições de esclarecer os interessados, bem como a Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT). ---

----- Não havendo mais questões o sr. Presidente da Câmara colocou o ponto 3 à votação que foi aprovado por unanimidade. -----

----- O sr. Presidente da Câmara propôs a realização de um curto intervalo, após o qual deu por retomados os trabalhos cerca das dezassete horas e trinta minutos, dando sequência ao Período da Ordem do Dia. -----

Ponto 1 – Declaração de Voto nas Deliberações dos Órgãos Autárquicos. Informação dos Serviços Jurídicos da ANMP. -----

----- O sr. Presidente da Câmara deu conhecimento desta informação dos serviços jurídicos da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), dizendo que a mesma vem na sequência de algumas dúvidas suscitadas em anteriores reuniões de

câmara. Informou ainda que esta informação vem no sentido de que qualquer membro do executivo camarário pode explicitar o seu sentido de voto, independente da sua posição. O sr. Vereador Pedro Gaspar referiu que do ponto de vista político lhe parece óbvio que pode ser feita a declaração de voto que se entender e que do ponto de vista jurídico a declaração de voto de vencido serve para nos eximirmos da responsabilidade na votação. -----

Ponto 2 – Programa de atividade física para seniores e idosos. -----

----- O sr. Vereador João Arraiolos deu conhecimento do Programa de atividade física para seniores e idosos, designadamente os seus objetivos, horários e locais de realização. -----

----- O sr. Vereador António Moreira enalteceu esta iniciativa promovida pela autarquia. -----

Ponto 4 – Atribuição de Bolsas de Estudo para alunos do Ensino Superior – ano letivo 2014/2015. -----

----- O sr. Vereador João Arraiolos apresentou a proposta de atribuição de bolsas de estudo para o ano letivo de 2014/2015 referindo a importância deste apoio para a população jovem do concelho mais carenciada, referindo que houve 26 candidaturas para as 10 bolsas disponíveis de acordo com o regulamento em vigor. -----

----- O sr. Vereador António Moreira referiu-se à importância deste apoio para os candidatos admitidos e referiu também que a atribuição deveria ser mais abrangente de forma a contemplar todos os candidatos que estivessem em condições para receber a bolsa e que, segundo se lembra, no ano passado houve uma abertura do sr. Presidente de rever este regulamento de forma a tornar esta atribuição mais abrangente que não foi cumprida. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar referiu que estamos perante uma proposta de atribuição de 10 bolsas quando existem 13 candidatos elegíveis. Referiu também que no anterior surgiu o mesmo caso e o sr. Presidente ficou de rever o regulamento de atribuição das bolsas de estudo para abranger todos os candidatos que estejam em condições de receber as bolsas. Pelo exposto propõe que seja revisto o regulamento de

atribuição das bolsas de estudo. -----

----- O sr. Vereador João Arraiolos respondeu às questões colocadas referindo que qualquer alteração teria de ser feita antes da assembleia municipal de Setembro, visto que as candidaturas às bolsas decorreram durante o mês de outubro, e que não foi possível elaborar uma proposta de alteração em tempo útil. Referiu ainda que este é um apoio muito substancial para a autarquia que se mantém no mesmo valor pelo quinto ano consecutivo, numa altura em que se exigem cada vez mais cortes nas mais diversas áreas e que ultrapassa as competências do município. Referiu também que comparar este apoio com outras despesas referentes a atividades do município como foi o caso do Carnaval não parece a forma mais apropriada de abordar este tema porque têm características completamente diferentes. Mostrou-se disponível para analisar propostas de alteração que sejam abrangentes a mais candidatos, no entanto alertou para o facto dos valores se poderem tornar pouco significativos para quem os recebe, se houver demasiados candidatos abrangidos. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar referiu que no ano passado a argumentação foi a mesma e que acredita que nunca irá ser revisto o regulamento. Referiu ainda que parece que o sr. Vereador João Arraiolos está posicionado politicamente mais à direita, quando deveria ser o contrário. -----

----- O sr. Presidente da Câmara referiu que não foi possível alterar o regulamento antes do processo se iniciar e reforçou que este apoio não é uma competência do município e entende que não se poderá considerar como imprescindível este apoio para que um estudante possa ou não optar por seguir para o ensino superior. -----

----- O sr. Presidente da Câmara colocou à votação a atribuição de bolsas de estudo para alunos do ensino superior para o ano letivo 2014/2015 que foi aprovado por maioria com uma abstenção do sr. Vereador Pedro Gaspar. -----

----- O sr. Vereador Pedro Gaspar apresentou a seguinte declaração de voto: “A abstenção do Vereador do Partido Socialista pretende ser um sinal e um marco por um lado da plena concordância com a atribuição das bolsas de estudo e em sinal contrário registar a inflexibilidade do presente executivo ao suprimir 3 bolsas de estudo de

estudantes ilegíveis.” -----

Ponto 5 – Proposta N.º 2/2015/VJPA. Pedido de pagamento de dívida de rendas em atraso de uma casa sita no Bloco D (Habitação Social), em Alpiarça, denominado por 46 fogos, em 24 prestações mensais. -----

----- O sr. Vereador João Arraiolos apresentou a proposta de pedido de pagamento de dívidas em atraso de uma casa sita no Bloco D, no bairro denominado 46 fogos, em 24 prestações mensais no valor de 89,02 euros. -----

----- O sr. Vereador António Moreira questionou se o valor proposto para a prestação mensal foi acordado com o requerente, referindo que conhece a pessoa em causa e os seus rendimentos e acha estranho que tenha sido uma proposta da própria pessoa. Referiu também que este método de prestações mensais poderia ser proposta para resolver outras dívidas ao município como o parque de campismo e o bar das piscinas.

----- O sr. Vereador João Arraiolos respondeu que esta proposta resulta de um requerimento assinado pelo requerente após uma reunião com os serviços pelo que não entende a questão colocada. -----

----- O sr. Vereador António Moreira questionou se foi tida em conta a taxa de esforço financeiro tendo em conta os rendimentos do requerente. -----

----- O sr. Vereador João Arraiolos reforçou que esta proposta resultou do acordo estabelecido entre a câmara e o requerente, tal como aconteceu com todas as outras propostas que vieram a reuniões de câmara anteriores. -----

----- O sr. Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de pedido de pagamento de dívidas em atraso de uma casa sita no Bloco D, no bairro denominado 46 fogos, em 24 prestações mensais no valor de 89,02 euros que foi aprovado por maioria com uma abstenção do sr. Vereador Pedro Gaspar. -----

Ponto 6 – Proposta N.º 1/2015/VJPA. Proposta de atribuição de subsídio à ginasta Ana Gomes, Campeã do Mundo em Trampolim Sincronizado. -----

----- O sr. Vereador João Arraiolos apresentou a proposta de atribuição de subsídio à ginasta Ana Gomes, Campeã do Mundo em Trampolim Sincronizado no valor de 250 euros. -----

----- O sr. Vereador António Moreira referiu que gostava mais de ver uma proposta da Câmara Municipal de Alpiarça, em vez de ser na sequência de um pedido do Clube de Trampolins de Salvaterra de Magos. Referiu também que não custava nada ao município ter estado presente na recepção à Ana Gomes no aeroporto à sua chegada. ---

----- O sr. Presidente da Câmara referiu que participou numa recepção mais oficial à ginasta Ana Gomes que decorreu no Agrupamento de Escolas José Relvas. -----

----- Não havendo mais questões o sr. Presidente da Câmara colocou o ponto 6 à votação que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Terminada a ordem do dia o sr. Presidente da Câmara passou para o **Período do Público**. -----

PERÍODO DO PÚBLICO -----

----- Usou da palavra o munícipe Eduardo Costa, que pôs duas questões: a primeira para clarificar uma posição do sr. Presidente da Câmara na última reunião relacionada com os resíduos sólidos urbanos (RSU) sobre o sentido de justiça na metodologia de cálculo da taxa RSU e gostaria de saber se o sr. Presidente mantém a sua posição e vai rever esta metodologia em Alpiarça; a segunda questão tem a ver com o seguro de vida e acidentes pessoais dos eleitos municipais, que considera escandaloso porque o risco de vida dos eleitos é residual, referiu legislação onde está descrito que este seguro é um direito dos eleitos municipais mediante deliberação do respetivo órgão que fixa o valor e solicita esclarecimento sobre quando foi deliberado a definição destes seguros para o concelho de Alpiarça e acha que seria de bom-tom os eleitos abdicarem deste direito por uma questão de equidade com outras pessoas que poem em causa a sua vida que são os bombeiros. -----

----- O sr. Presidente da Câmara em resposta ao munícipe Eduardo Costa, disse que esta câmara municipal não tem como função referendar direitos, os direitos são para ser concretizados. Os eleitos e trabalhadores desta câmara municipal não abdicam de direitos e foi sempre prática desta câmara o exercício deste direito. Referiu ainda que os seguros da câmara já foram aprovados em reunião de câmara onde estão incluídos os seguros dos eleitos municipais. -----

----- Sobre a metodologia dos RSU o sr. Presidente da Câmara referiu que a metodologia utilizada é a mesma desde mandatos anteriores e que segue as orientações da entidade reguladora (ERSAR) e considera que esta intervenção vai muito além da participação cívica e tem um objetivo claro de desgastar a atual maioria que está na câmara municipal e compara municípios com realidades completamente diferentes, onde o desajuste que existe entre os municípios de Alpiarça e Chamusca começou após os final dos anos 90, onde na altura as realidades estavam equiparadas e em Alpiarça, foi com a maioria PS que este desajuste se acentuou ao longo dos anos.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente da Câmara, eram dezoito horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata, foi aprovada em minuta, por unanimidade. -----

E eu, Ana Cristina Lima Ferreira, servindo de Secretária, a redigi e assino. -----